

**1. Agradeço o convite para intervir na Abertura do Colóquio “Trabalho e Justiça”, que constitui, estou certo, um espaço para pensar e debater matérias relevantes, onde se cruzam a incerteza e as mudanças em conceitos fundamentais, com a jurisprudência chamada a trabalhar na construção activa do direito e a firmar a consistência dos princípios.**

**Felicitó o TR Lisboa e o seu Presidente por esta iniciativa.**

**2. O direito do trabalho nasceu, cresceu e foi conquistando autonomia dogmática para enquadrar e regular relações assimétricas, carecidas de reequilíbrio, protecção e compensação da debilidade da posição prática e jurídica do trabalhador.**

**Desde meados dos anos 80 de séc. XX que este paradigma relacional está em acentuada decomposição.**

**A evolução das economias, com as consequências directas ou laterais das globalizações, produziu mudanças nas condições e na natureza das relações de trabalho.**

**A automação, a deslocalização e a morte das indústrias determinaram alterações substanciais, provocando a redução de postos de trabalho.**

Ao mesmo tempo, a prosperidade e o aumento de riqueza, possibilitados pelo desenvolvimento tecnológico são conseguidos, paradoxalmente, à custa da redução de postos de trabalho, apresentada como exemplo da excelência da gestão.

A população activa, entretanto, cresceu muito mais , e mais depressa, do que os postos de trabalho.

Como resultado, está instalada uma densa aporia nas políticas económicas e sociais: manter a competitividade num mundo globalizado sem perder a coesão social, quando o trabalho, ou o emprego, ficou um bem cada vez mais escasso.

A escassez de emprego e a precariedade das relações de trabalho perturbam a estabilidade dos modelos de vivência dos últimos cinquenta anos, afectam a coesão e adensam a insegurança que toma conta do quotidiano.

As empresas procuram adaptar-se a súbitas alterações, diminuindo o trabalho estável.

Os novos postos de trabalho são temporários e precários, com jornadas reduzidas, os tempos de trabalho aumentam e os salários reduzem-se; há uma maior segmentação dos mercados de trabalho com heterogeneidade das formas de emprego.

**As condições de trabalho agravam-se, com risco de fractura social e emergência de um segmento de excluídos – os excluídos dos mercados de trabalho.**

**O direito do trabalho constitui, mais marcadamente do que em outros campos normativos, uma forma de comunicação política, em que as construções normativas são instrumentos de mediação e de comunicação de fórmulas impostas no cruzamento da economia, das políticas económicas e dos direitos sociais, em ruptura ou na acomodação dos consensos possíveis no imperativo democrático.**

**O direito do trabalho não deve, nem pode ser, um agregado de estritas regulações.**

**Tem de ser, sim, uma construção com autonomia científica e adquiridos dogmáticos, que têm a missão de contribuir para a prevenção da insegurança e para a construção da estabilidade.**

**Devemos manter como referência actual os princípios fundadores da Declaração de Filadélfia de 1944, sobre os quais o direito do trabalho construiu a sua autonomia dogmática na densificação de valores essenciais de justiça social - o respeito pelo valor e função social trabalho, as liberdades colectivas, a solidariedade, a democracia social e a dignidade da pessoa humana.**

**3. As construções jurídicas sedimentadas e as formulações, dogmática e tecnicamente apuradas, devem continuar a servir para enquadrar a discussão e apurar a correcção das soluções que a dimensão política e económica torne, porventura, inevitáveis.**

**Mas, afectado pela crença em teorias económicas que se consideram imanentes e que, por isso, é suposto a política ter por missão executar e não questionar, o direito do trabalho foi envolvido por uma euforia pós-moderna na desconstrução, com o risco de ficar pulverizado ao serviço da tirania da «razão económica».**

**A identidade política e jurídica do direito do trabalho corre o risco de se dissolver na imperatividade do «horizonte dos possíveis».**

**As normas não respeitam já as construções dogmáticas sedimentadas; respondem, antes, à racionalidade instrumental, com a eliminação da rigidez e enfraquecimento dos regimes vinculísticos; ficamos com a «ambiguidade linguística» de novas fórmulas («flexibilidade»; «flexisegurança»).**

**A degradação do trabalho em mercadoria, como simples elemento do custo de produção, constitui a negação das funções sociológicas e antropológicas do direito do trabalho, afectando o trabalhador enquanto condição de liberdade, e pressionando a**

desconstrução dogmática, e pode levar à dissolução progressiva do princípio da legalidade material.

O contrato de trabalho, que desliza para o direito civil, e não é mais o quadro de segurança de longo termo.

Nas transições sociais e políticas, o juiz confronta-se com casos de forte densidade de conceitos e princípios, que lhe exigem respostas, cuidadas ou cuidadosamente inventivas, no equilíbrio entre *juris* e *prudentia*.

A jurisprudência faz a passagem e a mediação entre a lei, os princípios e a vida; concretiza e aproxima a lei e os princípios na diversidade real do contexto da relação de cada indivíduo, reduzindo a tensão que existe em qualquer sistema jurídico entre legislar e julgar.

A lei, por regra, quando pretende construir a solução (geral e abstracta) para determinado problema, fixa os parâmetros e os critérios de decisão; e fixa também os instrumentos e os princípios metodológicos de interpretação – o catálogo de regras do artigo 9º do Código Civil.

O espaço maior de intervenção do juiz – e da jurisprudência – estará nos casos em que a lei, por compromissos e dificuldades na elaboração ou por imprevisão do legislador, deixa questões em aberto.

**Porém, em tais situações, a intervenção no «desenvolvimento jurisprudencial do direito» não poderá ser arbitrária, devendo ser fundamentada em critérios de actuação hermenêutica, nos princípios gerais e em concepções comunitárias de justiça.**

**Nas matérias mais sensíveis, especialmente na procura de direitos em sociedades de incerteza, a jurisprudência fica, não raro, confrontada com exigências de intervenção, ou com críticas de excesso de intervenção.**

**Aqui, a prudência, necessária à construção da jurisprudência, diz que devemos ter cautela com o canto semântico de algumas «noções-sereia», que exigem apurada reflexão teórica e não são inteiramente importáveis de sistemas de diferentes matrizes.**

**Os conceitos de «activismo» e de «auto-restrição» supõem uma complexa elaboração sobre o método das várias jurisprudências, e na nossa imposição constitucional de obediência à Constituição e à lei, a liberdade do juiz deve estar no âmbito das escolhas alternativas, decidindo de acordo com a lei e os princípios; nem o activismo nem a restrição permitem uma decisão em violação da lei.**

**A interpretação da lei constitui, por isso, um pressuposto da intervenção do juiz e um «necessário princípio metódico», mas não esgota a função da jurisprudência. A aproximação a cada caso concreto pode exigir precisão, complemento ou adaptação; pode**

**ser necessário «densificar determinado pensamento ou ideia da lei» à luz de princípios fundamentais ou constitutivos.**

**O direito do trabalho e a jurisprudência, com as cautelas impostas pela racionalidade jurídico-normativa, têm hoje por missão garantir a consistência dogmática e atenuar a dissolução de categorias jurídicas constitutivas.**

**4. O debate e as reflexões propostos nos temas do Colóquio permitem identificar pontos nodais, em que a jurisprudência possa contribuir para a construção de uma linha de rumo na volatilidade das regulações.**

**Para além de controvérsias práticas do processo, resultado ou de deficiência do legislador ou, não raro, de especiosidade e excesso de argumentação sobre normas exclusivamente instrumentais, a regularidade e a ilicitude do despedimento e a protecção do trabalhador no infortúnio laboral são matérias nucleares na densidade material do conteúdo da relação de trabalho.**

**Constituem espaços relevantes de protecção do estatuto do trabalhador.**

**Nestes, como em outros temas, - e penso na protecção de direitos fundamentais dos trabalhadores no contexto da relação**

**laboral – a intervenção jurisprudencial dos tribunais da relação  
constituirá um fundo comum na consistência dos princípios.**

**Desejo um excelente dia de trabalho para o êxito do  
Colóquio.**

27 De Julho de 2017

(António Henriques Gaspar)